



POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO MÉDIO ¹

Mateus Guedes Torres

Resumo: Este trabalho abordada um assunto pouco explorado no que tange o ensino no município de Urussanga. Por isso, para saber o nível de conhecimento sobre a lei 13.415 e sobre a temática políticas públicas, bem como, a percepção dos professores quanto a inclusão da disciplina de políticas públicas no ensino médio, foi realizado um estudo empírico na escola estadual Caetano Bez Batti. A pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, revelou concepções quase unânimes, demonstrando que na questão de conhecimentos sobre a lei e Política Pública, há pouca compreensão, apontados conhecimentos superficiais sobre estes temas. No que tange as percepções sobre a inclusão da disciplina de políticas públicas, foi unânime quanto a importância, mas com abordagens de assuntos distintos e relevantes.

Palavras-chave: Políticas públicas. Ensino médio. Lei 13.415.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente foi aprovado a lei nº13.415/2017 que dispõe sobre o novo modelo de ensino médio, onde abre as portas para inclusões de disciplinas voltadas para várias áreas do saber e conseqüentemente encaminhando os jovens alunos para qualificações futuras nas diversas áreas.

Contudo, pouco se ouve entre os alunos e docentes do ensino médio a questão da gestão pública, este fato faz levantar a questão: Qual a percepção dos professores do ensino médio sobre a inclusão da disciplina de Políticas Públicas no ensino médio? A busca à respostas para este tema tem por objetivo compreender o que é Política Pública, entendendo seus processos, sua finalidade e como é aplicado, tendo em vista que faz parte de nossas vidas, então saber o que é, se torna fundamental. Assim como a lei 13.415 é realidade dos brasileiros a partir de sua aprovação que teve base numa política pública voltada para a educação, sendo assim a

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.



participação da população, conhecendo melhor o assunto, poderá ser o diferencial na administração pública.

Conhecer seus propósitos e aplicações é direito constitucional de todo brasileiro, amparada na constituição federal de 1988, conforme Art. 5º - inciso XIV – “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988), ainda Asbahr et al. (2006) em seu livro “Políticas Publicas Em Educação e Psicologia escolar” corrobora sobre esta temática.

Todos dependemos de políticas públicas eficientes, então porque não saber o que são e para que servem? Esta inclusão na rede Estadual de ensino, pode surtir reações no modelo de gestão municipal neste primeiro momento, dando margem para verificar-se possíveis intervenções e/ou mudanças de cultura política.

Na elaboração deste trabalho foi aplicada a pesquisa pura, este método objetiva-se não só encontrar uma solução à um problema específico, mas também objetiva o fomento de novas pesquisas sobre a temática. Para Marconi, citando Ander-Egg, pesquisa pura “[...] é aquela que procura o progresso científico, a ampliação de conhecimentos teóricos, sem a preocupação de utiliza-las na prática”. (ANDER-EGG, 1978, p.33, apud. MARCONI, 2013, p.6).

O objeto de estudo referindo-se ao contexto das ciências sociais e aplicabilidade de ferramentas que ampliam a área do saber na formação de uma sociedade, a pesquisa aborda o tema através do método empírico, pois a necessidade de observações em campo é que torna o objeto de estudo válido, de acordo com Gil (2010) a pesquisa empírica ou indutiva como menciona em seu livro, “[...]parte-se da observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja saber”. (GIL, 2010, p. 10)

O campo de pesquisa foi a Escola Estadual Caetano Bez Batti, em Urussanga, SC., mais precisamente os professores do ensino médio, ao número de participantes, concentrou-se nos presentes na data concebida para a aplicação da pesquisa de estudo de caso e seu respectivo questionário acerca do tema com orientação da direção da Escola totalizando 20 docentes.

Através do aprofundamento do estudo do tipo exploratório, que “[...] é realizada quando o tema escolhido é pouco explorado[...]” (GIL, 2012, p.27), fez-se assim necessário a aplicação deste meio pois é como este objeto de estudo se encontra.

Ainda segundo o autor, a pesquisa exploratória tem por objetivo além de esclarecer o problema, também subsidia possibilidades de novos estudos sobre o tema.



Optando pelo método de pesquisa qualitativo, onde foi elaborado um questionário com perguntas abertas afim de obter respostas pessoais e pontos de vista dos respondentes, haja visto que o objeto de estudo pressupõe uma análise de percepções sobre determinado tema, a pesquisa neste método de acordo com Martin (2009), surge na necessidade de um contato do pesquisador com o campo de pesquisa, ou local do fenômeno, pelo período necessário para se obter dados precisos.

Ainda conforme autor, pode-se “[...] considerar diversos pontos de vista, o pesquisador será capaz de entender melhor o dinamismo entre os elementos que interagem com o objeto da pesquisa.” (MARTIN, 2009, p. 141).

Foi ainda utilizado como instrumentos para coleta de dados para este trabalho o estudo de caso, onde apresenta-se de forma sucinta o conceito do objeto e exemplos de aplicações para construção de uma ideia, com pressuposto de ter uma interação dos sujeitos com o tema abordado e assim fazer dos dados coletados através do questionário a informação para resolução do objetivo deste trabalho. Para Yin (2010), o método de estudo de caso permite que o pesquisador interaja com o ambiente ou campo de pesquisa, com o propósito de verificar comportamentos individuais e grupais acerca de um tema exposto.

Apesar de ser um tema recente, ainda assim é presente no cotidiano das pessoas em especial nas escolas, pois o tema esta voltado a isto.

Porem os resultados fazem levantar outras interrogações decorrentes de temas indentificados na entrelinhas. Mais adiante poderá ser observado os dados apurados, onde pode ser feita esta analise.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI 13.415/2017

Para melhor compreensão sobre a problemática desenvolvida neste artigo, apresento na sequência algumas considerações sobre a Lei 13.415/2017.

A lei dispõe sobre o ensino fundamental e médio, mas para atender o objetivo do trabalho atenta-se para o tema, que é o ensino médio. Nesta lei fica estabelecido carga horária mínima que é de 800 horas anual, distribuídas por 200 dias letivos no ano conforme Artigo 1º, inciso I desta lei. Ainda segundo ”§ 1º [...] deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo



de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.” (BRASIL,2017).

O Artigo 3º e seus respectivos parágrafos dispõe sobre a obrigatoriedade de disciplinas essenciais no currículo do ensino médio, onde aponta, educação física, arte, sociologia, filosofia, língua portuguesa e da matemática, ainda, língua inglesa e como opcional poderá ser ofertada outras línguas, mas preferencialmente o espanhol.

Adentrando na temática deste trabalho, o artigo 4º desta lei apresenta a oportuna inclusão da disciplina sugerida, entendendo sua importância na formação acadêmica. Este artigo da lei dispõe:

“Art. 4º O art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional” (BRASIL, 2017).

Um dos temas levantado na pesquisa e que a lei também dispõe, foi sobre o ensino em tempo integral, que segundo os docentes reforça bastante a aprendizagem, “Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.” (BRASIL, 2017), seguindo critérios para esta aplicação dispostos nos respectivos parágrafos e incisos dos artigos 13 e 14 desta lei.

Esta lei foi elaborada com intuito de fomentar a qualificação profissional, ofertando possibilidades não previstas anteriormente.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENSINO MÉDIO

Em uma sociedade onde cada indivíduo tem seu valor, as explorações de novos conhecimentos avançam na medida que novos desafios surgem, cada indivíduo por sua vez agrega seus conhecimentos para fortalecimento mútuo dentro do ambiente do qual faz parte. A escola, no entanto, tem um papel fundamental na formação de pessoas, caráter, personalidade e formadores de opiniões num contexto social.

Saviani fala sobre a importância da escola, “[...] seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade.” (SAVIANI, 2012, p. 6).



Contudo, deparamos com algumas dificuldades no que tange a abordagem de alguns temas que saiam fora do contexto estruturado do modelo educacional tradicional.

Tendo em vista uma aproximação de professores, alunos e sociedade, Libâneo (2011) cita que a escola faz um papel intermediário entre necessidades individuais com o meio social das pessoas, esta visão sugere que é fundamental as inovações nos métodos de ensino, pois é daí que surgirão pessoas com empenho e responsabilidades em prol ao bem coletivo.

Algumas inovações vêm sendo implantadas nas escolas através de profissionais que buscam meios para uma melhor didática de ensino, Libâneo (2011) traz algumas tendências para os profissionais pedagogos, camada “Tendência liberal renovada progressivista” no item;

–Conteúdo de ensino; o autor destaca a importância de atividades que estimulem o processo mental e habilidades cognitivas.

Ainda segundo autor, [...] valorizam-se tentativas experimentais a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de solução de problema”. (LIBÂNEO, 2011, p.26).

Seguindo esta linha de pensamento, observado esta necessidade de modernidade do modelo de ensino para que haja um avanço da educação nas escolas, na data de 16/02/2017 foi aprovada a lei nº13.415, conforme portal da Câmara dos Deputados (2017) que dispõe sobre um novo modelo de ensino médio. Este por sua vez abre uma importante mudança no currículo escolar, pois possibilita aos alunos além de obrigatoriamente cumprir as disciplinas que se joga fundamental neste nível de ensino, também chamada de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ainda podem optar por um segmento específico, como diz o texto da referida lei:

Art. 4º. O art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, (BRASIL, 2017).

A entender por Itinerários formativos, “Conjunto de cursos de diferentes níveis de conhecimentos tecnológicos, que compõe o portfólio de ofertas de uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica, dentro de cada área de atuação profissional ” (SENAC..., 2017).

Neste novo modelo de ensino médio dentro da área das ciências sociais surge uma oportunidade da inclusão da disciplina de Políticas Públicas, que atualmente é componente das ciências Políticas, mas possui uma abordagem que enquadra-se também na área das ciências sociais e que pode remeter a uma ideologia, ou melhor dizendo, um novo jeito de ver a Gestão Pública, numa ótica mais crítica, haja visto que pouco se ouve falar dentre a população por falta



de conhecimento, principalmente em ambiente escolar, local este, essencial para esta disseminação do tema.

Sendo esta uma das atividades relacionadas a Gestão Pública e que norteiam a nação nas mais diversas áreas, classificada como Políticas Públicas, requer uma compreensão melhor sobre sua aplicação, então, apresenta-se algumas definições para Políticas Públicas, entre elas, “[...] como sendo o conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução dos problemas nacionais”. (DIAS e MATOS. 2012. p. 12), o autor ainda apresenta de forma mais descentralizada como sendo; [...] as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana. (DIAS e MATOS. 2012. p. 12).

Através desta definição podemos perceber o real intuito do objeto estudado, pois faz parte do cotidiano da sociedade e devem ser dadas a devida atenção, principalmente na área da educação e formação dos alunos do ensino médio, outra definição que ajuda a firmar esta importância é que “As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o Interesse público”. (SEBRAE, 2008. p. 5)

Na área da educação, Políticas Públicas marcam presença na elaboração da referida lei nº13.415 de 2017 que dispõe sobre o novo modelo de ensino médio, dando um importante passo para uma formação de qualidade, ainda que exista resistência por algumas pessoas e instituições, mas se compreendermos melhor a ideia à que se destina esta lei, pode-se perceber que é uma oportunidade em vista do método tradicional.

Tal atividade está presente na vida de todo indivíduo, porém saber o que é, para que serve e quais atores envolvem é fundamental, as respostas para estas questões somente serão respondidas se a pessoa possuir alguma noção do tema ou um mínimo de envolvimento com ele. Além disto citado, é através de uma unidade de ensino que aborde o tema de forma ampla que o tornará eficiente na mudança de cultura política e modelos de Gestão Pública que atualmente estão defasados e em alguns casos desmoralizados.

A possível inclusão da disciplina de Políticas Públicas na rede do ensino médio, além de dar subsídio para um avanço nesta área do saber, faz com que a interação entre cidadãos e administração pública sejam mais intensas.

Tornar a informação de uma atividade fundamental para a sociedade acessível em uma etapa de formação essencial para os jovens, que é o ensino médio, é iniciar um desafio que deve



ser enfrentado e ouvido com atenção pelos envolvidos, pois em plena era digital, onde a informação vai além da sala de aula, abordar um tema que pode desencadear uma revolução na Administração Pública, merece uma atenção especial dos legisladores e docentes sobre o assunto, pois devem utilizar-se desta disciplina como um meio de introdução à participação de jovens na Gestão Pública, instruindo-os da necessidade de serem corretos nas atitudes e pensar sempre no bem coletivo.

4 PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

Na analogia dos fatos em que uma reforma em um sistema antigo de ensino no caso do objeto estudado, a pesquisa realizada no período de 17/10/2017 à 09/11/2017 na escola estadual Caetano Bez Batti em Urussanga, SC. apresenta um resultado que acende um alerta para algumas características desta reforma, ainda subsidia em atentar-se a fatores um pouco fora do contexto, mas que são de grande relevância na questão da educação no município.

Dentro deste período da aplicação da pesquisa, embora não tenha sido possível acompanhar a elaboração das respostas, devido fatores de incompatibilidades de horários dentre os envolvidos, o estudo de caso foi apresentado aos professores do ensino médio da referida entidade de ensino, que no momento oportuno foi possível contar com 20 professores deste nível de ensino, e de forma acolhedora demonstraram atenção à pesquisa por tratar-se de suas respectivas áreas.

Embora o interesse demonstrado inicialmente tenha resumido em um nível de envolvimento, ou melhor, engajamento com a resolução da pesquisa muito baixo, sendo entregue dentro do prazo estipulado na pesquisa e comum acordo na apresentação que ocorreu no primeiro momento de 17/10/2017 à 20/10/2017, apenas 2 questionários respondidos foram entregues.

Tendo esta ocorrência, juntamente com a direção da escola, foi prorrogado por duas vezes o prazo de entrega, recolhendo nestas prorrogações 3 e posteriormente mais 3, isto foi necessário para obter uma quantidade mínima de questionários respondidos, para então obter algumas respostas aos objetivos da pesquisa.

Ao total foram coletados 8 questionários, representando 40 % dos 20 entregues, pode-se então tabular e fazer interface com os objetivos da pesquisa.

Quanto ao público, foi apurado na sua maioria mulheres, totalizando 7, e apenas um homem, com tempos de atuação entre 4 a 15 anos: 5. E de 16 a 25 anos: 3.



Os resultados dão conta de alguns aspectos relevantes frente ao envolvimento político dos docentes, desde o conhecimento do objeto proposto, às percepções individuais sobre o tema.

Em resposta que buscasse conhecer o nível de conhecimento e/ou envolvimento dos professores da Escola Estadual Caetano Bez Batti em Urussanga, Sc. com a gestão pública municipal, apresentado no estudo de caso e questionado da seguinte forma:

- Você sabe o que são políticas públicas?
- Sob a sua ótica seria bom discutir na escola as políticas públicas? Porquê?

As respostas demonstraram uma superficialidade, porem com contexto conceitual de alguns autores.

Já em relação a segunda questão, as respostas em unanimidade foram “sim” para a questão da discussão das políticas públicas na escola, com o intuito de disseminar conhecimentos entre professores e alunos, mas com ótica individual algumas divergências nas respostas foram identificadas no quesito sobre o foco da discussão, onde foi levantado a questão da aplicação do dinheiro público, conceito de direitos humanos, e a preocupação com esta geração, onde dizem que os jovens são o futuro do país.

No tocante sobre a análise do envolvimento dos professores sobre o desdobramento da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o novo modelo de ensino médio, um alerta aparece conforme respostas obtidas, pois sendo uma realidade contemporânea, ainda existem tabus, e pouca disseminação do conteúdo da lei entre os docentes.

As respostas obtidas quando questionados sobre os conhecimentos da referida lei e seus dispositivos, apontam para o que foi citado anteriormente, pois, 50% das respostas salientam apenas conhecimento superficial, adquiridos através de mídias e conversas informais, os outros 50 % foram sucintas, transcrevendo “conhecimento superficial”.

Ainda sobre o assunto da falta de disseminação do conteúdo da lei, com o intuito de aprofundar um pouco mais no conhecimento dos docentes sobre a lei 13.415, foi questionado sobre as alterações na lei, e se estas alterações melhoram ou não o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, e como respostas, salientam que, “mesmo que a intenção de melhorar o sistema de ensino através desta lei, algumas disciplinas ficaram deficitárias de conteúdos pelo fato das reduções dos seus respectivos tempos”.

Porém algumas respostas ressaltam a questão do ensino integral, afirmando que com este período a mais na escola, os alunos aprenderam mais e assim terão conteúdo para proporem ideias praticas nas resoluções de problemas.



Frente aos argumentos e contextualização das duas questões, observa-se o pouco envolvimento de fato com a referida lei, pois esta, abre uma possibilidade de seguir uma área de conhecimento, se o estudante não optar por nenhuma das áreas propostas na lei, sua formação será em conformidade com a base comum curricular respeitando o processo de aprendizagem.

Ao procurar saber qual a percepção dos professores da Escola Estadual Caetano Bez Batti sobre a inclusão da disciplina de Políticas Públicas no ensino médio a partir da aprovação da lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e a perspectiva individual e coletiva futura sobre a aplicabilidade do tema, foi questionado se as disciplinas da base comum curricular dão conta da formação crítica e reflexiva.

Parte dos docentes, representando 50 %, responderam que as disciplinas por si só não darão conta, mas com empenho dos professores e alunos, isto ajudará nesta formação, enquanto outra parte também 50%, foram explícitas em dizer “não”

Dando continuidade no tema das percepções dos docentes, foi questionado se os estudantes são suficientemente preparados para a participação política e a defesa de seus direitos. Em unanimidade as respostas foram não, porém alguns ressaltam a baixa idade dos estudantes, suas poucas experiências e conhecimentos.

Assim também foi perguntado que “sob a sua ótica seria bom discutir na escola as políticas públicas?”

As respostas em unanimidade foram “sim” para a questão da discussão das políticas públicas na escola, com o intuito de disseminar conhecimentos entre professores e alunos.

Podendo então fazer aqui, uma análise de que, de fato, falta algo que se enquadre no contexto cultural político na região, pois entende-se que a base comum curricular não oferece o respaldo suficiente para formações críticas e reflexivas, e não fornece subsídio para os jovens defenderem seus direitos e participação política, sendo assim a pesquisa consegue atingir seus objetivos.

Compreendendo de forma contextual, a oportunidade da pesquisa expôs um problema regional, desde o baixo nível de envolvimento dos professores em falar sobre seu cotidiano e suas expectativas, ainda apresenta respostas contundentes sobre a realidade do ensino no município, salientando que dos 8 questionários recolhidos 7 professores lecionam apenas na referida instituição, e 1 em três escolas estaduais da região.

Como complemento relevante ao fato da baixa adesão à pesquisa, alguns dados sobre a instituição foram buscados afim de entender a ocorrência;

Segue assim:



- Docentes de todos os níveis de ensino da referida instituição: 64
- Docentes do Ensino Médio Integral: 17
- Docentes do Ensino Médio normal: 21

Correspondendo ao total dos docentes apenas de ambos ensinos médios, representa 38 professores.

Com estes dados fica ainda mais complexo compreender a baixa adesão à pesquisa, pois a explanação nas respostas de acordo com os respectivos tempos de atuação, poderiam influenciar ainda mais a temática da pesquisa.

5 CONCLUSÕES

Através deste trabalho foi possível ter noções fundamentais de como um tema pouco explorado impacta as pessoas envolvidas, os resultados da pesquisa sobre o tema Políticas Públicas no ensino médio trouxeram detalhes sobre o ponto de vista dos professores deste nível de ensino.

Tratando-se de uma possibilidade de inclusão de uma disciplina que pode abrir uma porta para novos conceitos sobre Políticas Públicas tanto por parte dos docentes, quanto pelos alunos, estes por sua vez, em plena fase de descobertas e aquisição de novos conhecimentos fazem com que isto torne uma realidade no país.

A pesquisa aplicada trouxe perguntas abertas, com o intuito de apurar não só as questões expostas sobre o tema, mas também os comportamentos dos docentes em relação a problemática, seus envolvimento com um assunto que trata do cotidiano desde a aprovação da lei 13.415.

Os resultados foram satisfatórios tendo em vista os objetivos desta, apresentando quase uma unanimidade nas respostas nas questões abertas, apenas divergiu no tempo de atuação, ainda nas respostas, foi observado que mesmo tratando de assuntos específicos, apresentou superficialidade no conhecimento.

Dentre os resultados recolhidos observou-se que houve pouco engajamento dos docentes com a pesquisa, a baixa adesão não anulou a pesquisa, mas vale frisar um possível desconforto dos docentes em tratar de assunto com pouco domínio, ainda que não tenha sido



solicitado exposição de nomes, este fato foi um dos pontos que devem ser investigado posteriormente.

Outra situação que fez esta pesquisa ser importante além de atender os objetivos, foi que mesmo tendo na sua maioria acima de 10 anos de atuação na área da educação, as respostas foram conservadoras, pouco conhecimento sobre a lei 13.415, Políticas Públicas e onde poderiam expressarem seus pontos de vista, reservaram-se.

Contudo, vale concluir que o tema mesmo sendo contemporâneo, se faz presente desde muito tempo na vida dos cidadãos, na educação, muito se busca políticas pública afim de sanar problemas nesta área, a referida lei foi a mais recente feita, e gerou controversas no entendimento de muitas pessoas.

Mas com foco no ensino integral e a possibilidade de opção da área de conhecimento a ser seguido pelo aluno, obteve êxito perante público nacional. Pegando este nicho, a proposta de oferecer no ensino médio a inclusão da disciplina já citada, poderá dar conta do que hoje no Brasil está a desejar, que é a questão social visando o bem coletivo.

Em outras palavras, com esta inclusão, os alunos conhecerão os princípios que regem a gestão pública, suas atividades e como podem interagir nesta gestão, abrindo um horizonte , que se tem como objetivo ir além das salas de aula, partindo para de fato, na interação e busca de seus direitos como cidadãos.



REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flavia da Silva Ferreira... [et al.]; Lygia de Souza Viégas e Carla Biancha Angelucci (orgs), **Políticas Públicas Em Educação e Psicologia escolar**, 1º ed. São Paulo. Casa do Psicólogo. 2006. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=ZghnL7C_1MQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> Acesso em 20/07/2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 20/07/2017.

BRASIL. **Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm> Acesso em 20/07/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Proposta preliminar**. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2017.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. – São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em:

<[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/cfi/4!/4/4@0.00:24.0. \]>](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/cfi/4!/4/4@0.00:24.0.]>) Acesso em 23/07/2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. 6º ed. 5º reimp. São Paulo, Atlas, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**. 26º ed. São Paulo. Edições Loyola. 2011.

MARCONI, Mariana de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, Amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análises e interpretação de Dados**. 7º ed. São Paulo. Atlas. 2013.



MARTIN, Gilberto de Andrade. THÉOPHILO, Carlos Renato **Metodologia de Investigação científica para ciências Sociais Aplicadas**. 2° ed. São Paulo, Atlas, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 42° ed. Campinas, SP. Autores Associados. 2012.

SEBRAE MG. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. Disponível em:

<<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%3%9ABLICAS.pdf>> acesso em 23/07/2017.

SENAC. **Itinerário: Itinerário Informativo**. Disponível em:

<<http://www.pi.senac.br/p/itinerarioformativo/>> Acesso em 22/07/2017.

YIN, Robert k. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4° ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.